



Siga meu Instagram: <https://www.instagram.com/pmminas/>

Mentorias e Combo de Apostilas: <https://pmminas.com/>

Grupo de Estudos (aulas semanais gratuitas): <https://t.me/pmminas>

Youtube: <https://www.youtube.com/pmminas>

Contato: prof.otaviosouza@gmail.com

Autor: Otávio Souza – PMMINAS

LIVE COM APROVADOS (APRENDA A ESTUDAR COM ELES E SEJA APROVADO VOCÊ TAMBÉM):



1. Miguel 1º lugar CFO/PMMG: <https://youtu.be/QxOygV6kAbc>

2. Ana 1º lugar Soldado e Cadete: <https://youtu.be/cm8hL-VDJVo>

3. Mateus 1º Lugar CFO/PMMG: https://youtu.be/dObP_fQPlgE

4. Igor aprovado CFO/PMMG: https://youtu.be/GuNtR3e5V_8



🏆 Faça parte da Tropa OBA: <https://pmminas.com/mentoria-pmmg-v3/>



SIMULADO 1: NOÇÕES DE DIREITO E DIREITOS HUMANOS

1ª QUESTÃO - Nos termos da Constituição da República Federativa do Brasil, assinale a alternativa que apresenta um princípio que rege o Brasil em suas relações internacionais.

- A. () Os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.
- B. () O repúdio ao terrorismo e ao racismo.
- C. () A construção de uma sociedade livre, justa e solidária.
- D. () A cidadania e o pluralismo político.

2ª QUESTÃO - Com base nas normas constitucionais relativas à liberdade de associação, assinale a alternativa CORRETA.

- A. () A criação de associações depende de autorização prévia do Poder Público, embora a de cooperativas independa dessa autorização.
- B. () A interferência estatal no funcionamento das associações é permitida sempre que a Administração invocar interesse público.
- C. () A suspensão das atividades de uma associação exige decisão judicial transitada em julgado, mas sua dissolução compulsória pode decorrer de decisão judicial ainda recorrível.
- D. () A dissolução compulsória e a suspensão das atividades de uma associação dependem de decisão judicial, exigindo-se o trânsito em julgado apenas para a dissolução.

3ª QUESTÃO - Analise as assertivas a seguir sobre as garantias constitucionais.

- I. O habeas corpus será concedido sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder.
- II. Qualquer partido político, ainda que não possua representação no Congresso Nacional, pode impetrar mandado de segurança coletivo.
- III. O habeas data é o instrumento destinado a proteger direito líquido e certo não amparado por habeas corpus ou mandado de injunção.
- IV. Qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência.

Está CORRETO o que se afirma apenas em:

- A. () I e IV.
- B. () II e III.
- C. () I, II e IV.



D. () III.

4ª QUESTÃO - Luciana nasceu em Portugal, é filha de mãe brasileira que, na ocasião, trabalhava para uma empresa privada e não estava a serviço da República Federativa do Brasil. Logo após o nascimento, Luciana foi registrada em repartição brasileira competente. Aos 36 anos, preenchidas todas as demais condições constitucionais de elegibilidade, pretende candidatar-se à Presidência da República. À luz da Constituição Federal, assinale a alternativa CORRETA.

- A. () Luciana é brasileira naturalizada e, por isso, não pode candidatar-se à Presidência da República.
- B. () Luciana somente será brasileira nata se vier a residir no Brasil e optar pela nacionalidade brasileira depois de atingida a maioridade.
- C. () Luciana é brasileira nata em razão do registro em repartição brasileira competente e pode candidatar-se à Presidência, desde que satisfeitas as demais condições de elegibilidade.
- D. () Luciana não é brasileira, pois o nascimento no exterior somente gera nacionalidade originária quando o pai ou a mãe estiver a serviço do Brasil.

5ª QUESTÃO - Considerando o disposto na Constituição Federal sobre direitos políticos, marque V para as assertivas verdadeiras e F para as falsas.

- I. O alistamento eleitoral e o voto são facultativos para os analfabetos, para os maiores de setenta anos e para os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos.
- II. Os estrangeiros e, durante o período do serviço militar obrigatório, os conscritos não podem alistar-se como eleitores.
- III. A idade mínima para os cargos de Presidente da República e Governador de Estado é, respectivamente, de trinta e trinta e cinco anos.
- IV. O militar alistável com menos de dez anos de serviço deverá afastar-se da atividade; se contar mais de dez anos, será agregado pela autoridade superior e, se eleito, passará automaticamente, no ato da diplomação, para a inatividade.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência CORRETA.

- A. () V, F, F, V.
- B. () F, V, V, F.
- C. () V, V, F, V.
- D. () V, V, V, F.



6ª QUESTÃO - Sobre as disposições gerais da Administração Pública na Constituição Federal, assinale a alternativa CORRETA.

- A. () O prazo de validade do concurso público será de até dois anos, prorrogável uma vez, por igual período.
- B. () Os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis exclusivamente aos brasileiros que preencham os requisitos legais.
- C. () É absolutamente vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, sem qualquer exceção constitucional.
- D. () O servidor público civil somente pode exercer o direito à livre associação sindical mediante autorização da autoridade administrativa competente.

7ª QUESTÃO - A respeito dos militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, assinale a alternativa CORRETA de acordo com a Constituição Federal.

- A. () Os membros das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares, por constituírem forças auxiliares, são militares da União.
- B. () As patentes dos oficiais das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares são conferidas pelo Presidente da República.
- C. () O regime de pensões dos militares estaduais será fixado por lei federal uniforme para todos os entes da Federação.
- D. () Os membros das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares, instituições organizadas com base na hierarquia e na disciplina, são militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.

8ª QUESTÃO - Analise as assertivas sobre a Justiça Militar da União.

- I. O Superior Tribunal Militar compõe-se de quinze Ministros vitalícios, nomeados pelo Presidente da República depois de aprovada a indicação pelo Senado Federal.
- II. Dez cadeiras do Superior Tribunal Militar são destinadas a oficiais-generais da ativa e do posto mais elevado da carreira, distribuídas entre Marinha, Exército e Aeronáutica.
- III. As cinco cadeiras civis do Superior Tribunal Militar são destinadas exclusivamente a advogados com mais de dez anos de efetiva atividade profissional.
- IV. Compete à Justiça Militar processar e julgar os crimes militares definidos em lei.

Está CORRETO o que se afirma apenas em:

- A. () I e III.
- B. () I, II e IV.
- C. () II e III.



D. () I, II, III e IV.

9ª QUESTÃO - Sobre a organização e a competência da Justiça Militar estadual, assinale a alternativa CORRETA.

- A. () Lei estadual poderá criar a Justiça Militar estadual, mediante proposta do Tribunal de Justiça, podendo o segundo grau ser exercido pelo próprio Tribunal de Justiça ou por Tribunal de Justiça Militar nos Estados em que o efetivo militar seja superior a vinte mil integrantes.
- B. () A Justiça Militar estadual será criada por decreto do Governador, mediante proposta da Assembleia Legislativa, e terá necessariamente um Tribunal de Justiça Militar próprio.
- C. () Compete à Justiça Militar estadual processar e julgar civis pela prática de qualquer crime comum cometido contra policial militar em serviço.
- D. () As ações judiciais contra atos disciplinares militares são julgadas pelos Conselhos de Justiça, e nunca pelo juiz de direito do juízo militar.

10ª QUESTÃO - De acordo com a Constituição Federal, assinale a alternativa CORRETA acerca das Forças Armadas.

- A. () A garantia da lei e da ordem pelas Forças Armadas somente pode ocorrer por iniciativa do Congresso Nacional.
- B. () Cabe habeas corpus contra punições disciplinares militares sempre que a sanção implicar restrição de liberdade.
- C. () As Forças Armadas são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina e submetidas à autoridade suprema do Presidente da República.
- D. () As patentes dos oficiais das Forças Armadas são conferidas pelo Supremo Tribunal Federal, após aprovação do Senado Federal.

11ª QUESTÃO - Com base na literalidade do art. 144 da Constituição Federal, marque V para as assertivas verdadeiras e F para as falsas.

- I. A polícia rodoviária federal exerce, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União.
- II. Às polícias civis incumbem, ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares.
- III. Às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública.
- IV. As guardas municipais são expressamente incluídas no rol de órgãos de segurança pública constante do caput do art. 144.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência CORRETA.



A. () V, V, F, F.

B. () F, V, F, V.

C. () V, F, V, F.

D. () F, V, V, F.

12ª QUESTÃO - À luz da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, assinale a alternativa CORRETA.

A. () A nova publicação do texto legal destinada a correção, ocorrida antes de a lei entrar em vigor, é considerada lei nova e não interfere no prazo de vacância.

B. () Salvo disposição contrária, a lei começa a vigorar em todo o País quarenta e cinco dias depois de oficialmente publicada e, nos Estados estrangeiros, sua obrigatoriedade, quando admitida, inicia-se três meses depois da publicação oficial.

C. () A lei nova que estabelece disposições gerais ou especiais a par das já existentes sempre revoga a lei anterior.

D. () A lei revogada restaura-se automaticamente quando a lei revogadora perde a vigência, ainda que não exista disposição nesse sentido.

13ª QUESTÃO - Com base nas garantias penais e processuais previstas na Constituição Federal, assinale a alternativa CORRETA.

A. () A lei penal retroagirá para alcançar fatos anteriores sempre que a nova disciplina for mais severa.

B. () Nenhuma pena passará da pessoa do condenado, mas a obrigação de reparar o dano e a decretação do perdimento de bens poderão, nos termos da lei, ser estendidas aos sucessores e contra eles executadas, até o limite do valor do patrimônio transferido.

C. () As provas obtidas por meios ilícitos são admissíveis no processo quando forem necessárias à descoberta da verdade real.

D. () Ninguém será considerado culpado até a prolação de sentença penal condenatória, ainda que recorrível.

14ª QUESTÃO - Analise as assertivas a seguir com fundamento na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro.

I. Nas esferas administrativa, controladora e judicial, não se decidirá com base em valores jurídicos abstratos sem que sejam consideradas as consequências práticas da decisão.

II. A decisão que decretar a invalidação de ato ou norma administrativa poderá omitir suas consequências jurídicas e administrativas quando a autoridade considerar difícil prevê-las.



III. A revisão da validade de ato cuja produção já se completou levará em conta as orientações gerais da época, sendo vedado invalidar situação plenamente constituída com base apenas em mudança posterior de orientação geral.

IV. O agente público responderá pessoalmente por toda decisão ou opinião técnica posteriormente invalidada, ainda que não tenha agido com dolo ou erro grosseiro.

Está CORRETO o que se afirma apenas em:

- A. () I e II.
- B. () II e IV.
- C. () I, III e IV.
- D. () I e III.

15ª QUESTÃO - Com base nas disposições da LINDB sobre edição de atos normativos e segurança jurídica, assinale a alternativa CORRETA.

- A. () A edição de todo ato normativo por autoridade administrativa, inclusive o de mera organização interna, deve obrigatoriamente ser precedida de consulta pública.
- B. () Quando houver consulta pública, a convocação poderá omitir a minuta do ato normativo e o prazo para manifestações.
- C. () As autoridades públicas devem atuar para aumentar a segurança jurídica na aplicação das normas, inclusive por meio de regulamentos, súmulas administrativas e respostas a consultas.
- D. () Os instrumentos destinados a aumentar a segurança jurídica possuem caráter meramente recomendatório e nunca vinculam o órgão ou a entidade a que se destinam.

16ª QUESTÃO - De acordo com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, assinale a alternativa CORRETA.

- A. () Toda pessoa tem direito, em plena igualdade, a uma audiência justa e pública por parte de um tribunal independente e imparcial para decidir seus direitos e deveres ou o fundamento de qualquer acusação criminal contra ela.
- B. () Toda pessoa acusada de um ato delituoso será considerada culpada desde o recebimento formal da acusação, cabendo-lhe demonstrar sua inocência.
- C. () A interferência arbitrária na vida privada e na família é permitida quando praticada por autoridade pública competente.
- D. () Toda pessoa tem direito de deixar qualquer país, exceto o próprio, e de regressar ao país de sua nacionalidade.



17ª QUESTÃO - Analise as assertivas a seguir de acordo com a Declaração Universal dos Direitos Humanos.

- I. Toda pessoa tem direito ao trabalho, à livre escolha de emprego, a condições justas e favoráveis de trabalho e à proteção contra o desemprego.
- II. Toda pessoa, sem qualquer distinção, tem direito a igual remuneração por igual trabalho.
- III. A remuneração justa e favorável deve assegurar existência compatível com a dignidade humana somente ao trabalhador, sendo vedada sua complementação por outros meios de proteção social.
- IV. Toda pessoa tem direito a repouso e lazer, inclusive a limitação razoável das horas de trabalho e a férias periódicas remuneradas.

Está CORRETO o que se afirma apenas em:

- A. () I e III.
- B. () II e III.
- C. () I, II e III.
- D. () I, II e IV.

18ª QUESTÃO - Com fundamento na Convenção Americana sobre Direitos Humanos, marque V para as assertivas verdadeiras e F para as falsas.

- I. Ninguém pode ser privado de sua liberdade física, salvo pelas causas e nas condições previamente fixadas pela Constituição do Estado Parte ou pelas leis de acordo com ela promulgadas.
- II. A pessoa detida poderá ser informada das razões da detenção somente depois de decorridas vinte e quatro horas.
- III. Toda pessoa detida ou retida deve ser conduzida, sem demora, à presença de um juiz ou de outra autoridade autorizada por lei a exercer funções judiciais.
- IV. A Convenção permite a detenção por qualquer dívida civil, desde que haja ordem escrita de autoridade administrativa.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência CORRETA.

- A. () V, F, V, F.
- B. () V, V, F, F.
- C. () F, V, V, F.
- D. () F, F, V, V.

19ª QUESTÃO - A respeito da responsabilidade civil do Estado, assinale a alternativa CORRETA de acordo com a Constituição Federal.



- A. () As pessoas jurídicas de direito público somente respondem pelos danos causados por seus agentes quando a vítima comprovar dolo ou culpa do Estado.
- B. () A responsabilidade prevista na Constituição não alcança as pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviços públicos.
- C. () As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos respondem pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.
- D. () O direito de regresso contra o agente responsável independe da existência de dolo ou culpa.

20ª QUESTÃO - Com base nas disposições constitucionais sobre o serviço militar, assinale a alternativa CORRETA.

- A. () O serviço militar é facultativo em tempo de paz e obrigatório somente em caso de guerra declarada.
- B. () Às Forças Armadas compete, na forma da lei, atribuir serviço alternativo aos que, em tempo de paz, depois de alistados, alegarem imperativo de consciência decorrente de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política para se eximirem de atividades de caráter essencialmente militar.
- C. () As mulheres e os eclesiásticos estão sujeitos ao serviço militar obrigatório em tempo de paz, sem possibilidade de isenção constitucional.
- D. () O imperativo de consciência apto a fundamentar a prestação de serviço alternativo pode decorrer apenas de crença religiosa.



✓ GABARITO COMENTADO

QUESTÃO	A	B	C	D	QUESTÃO	A	B	C	D
1ª		X			11ª				X
2ª				X	12ª		X		
3ª	X				13ª		X		
4ª			X		14ª				X
5ª			X		15ª			X	
6ª	X				16ª	X			
7ª				X	17ª				X
8ª		X			18ª	X			
9ª	X				19ª			X	
10ª			X		20ª		X		

1ª QUESTÃO - Nos termos da Constituição da República Federativa do Brasil, assinale a alternativa que apresenta um princípio que rege o Brasil em suas relações internacionais.

- A. () Os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.
- B. () O repúdio ao terrorismo e ao racismo.
- C. () A construção de uma sociedade livre, justa e solidária.
- D. () A cidadania e o pluralismo político.

GABARITO: B

Fundamento legal: Constituição Federal, art. 1º, II, IV e V; art. 3º, I; art. 4º, VIII

Comentário: O repúdio ao terrorismo e ao racismo integra o rol dos princípios que regem as relações internacionais do Brasil, conforme o art. 4º, VIII, da Constituição Federal. As demais alternativas apresentam fundamentos ou objetivos fundamentais da República.

A. ERRADA. Os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa constituem fundamento da República, nos termos do art. 1º, IV, e não princípio das relações internacionais.



- B. CORRETA. O repúdio ao terrorismo e ao racismo está expressamente previsto no art. 4º, VIII, como princípio das relações internacionais.
- C. ERRADA. Construir uma sociedade livre, justa e solidária é objetivo fundamental da República, conforme o art. 3º, I.
- D. ERRADA. A cidadania e o pluralismo político são fundamentos da República, previstos no art. 1º, II e V.

2ª QUESTÃO - Com base nas normas constitucionais relativas à liberdade de associação, assinale a alternativa CORRETA.

- A. () A criação de associações depende de autorização prévia do Poder Público, embora a de cooperativas independa dessa autorização.
- B. () A interferência estatal no funcionamento das associações é permitida sempre que a Administração invocar interesse público.
- C. () A suspensão das atividades de uma associação exige decisão judicial transitada em julgado, mas sua dissolução compulsória pode decorrer de decisão judicial ainda recorrível.
- D. () A dissolução compulsória e a suspensão das atividades de uma associação dependem de decisão judicial, exigindo-se o trânsito em julgado apenas para a dissolução.

GABARITO: D

Fundamento legal: Constituição Federal, art. 5º, XVIII e XIX

Comentário: A Constituição exige decisão judicial tanto para a dissolução compulsória quanto para a suspensão das atividades de uma associação. O trânsito em julgado é exigido somente no primeiro caso, conforme o art. 5º, XIX.

- A. ERRADA. A criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas independem de autorização, conforme o art. 5º, XVIII.
- B. ERRADA. O art. 5º, XVIII, veda a interferência estatal no funcionamento das associações.
- C. ERRADA. A alternativa inverte as exigências. O trânsito em julgado é necessário para a dissolução compulsória, não para a mera suspensão, conforme o art. 5º, XIX.
- D. CORRETA. Reproduz a distinção do art. 5º, XIX: decisão judicial em ambos os casos e trânsito em julgado apenas para a dissolução compulsória.

3ª QUESTÃO - Analise as assertivas a seguir sobre as garantias constitucionais.

- I. O habeas corpus será concedido sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder.



II. Qualquer partido político, ainda que não possua representação no Congresso Nacional, pode impetrar mandado de segurança coletivo.

III. O habeas data é o instrumento destinado a proteger direito líquido e certo não amparado por habeas corpus ou mandado de injunção.

IV. Qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência.

Está CORRETO o que se afirma apenas em:

A. () I e IV.

B. () II e III.

C. () I, II e IV.

D. () III.

GABARITO: A

Fundamento legal: Constituição Federal, art. 5º, LXVIII a LXXIII

Comentário: A assertiva I é verdadeira, conforme o art. 5º, LXVIII. A II é falsa, pois o partido precisa ter representação no Congresso Nacional, de acordo com o art. 5º, LXX, a. A III é falsa porque descreve, de forma adulterada, o mandado de segurança do art. 5º, LXIX. A IV é verdadeira, conforme o art. 5º, LXXIII. Logo, apenas I e IV estão corretas.

A. CORRETA. Reúne precisamente as assertivas verdadeiras I e IV, fundadas no art. 5º, LXVIII e LXXIII.

B. ERRADA. As assertivas II e III são falsas. O partido deve ter representação no Congresso Nacional, e a descrição da III não corresponde às finalidades do habeas data.

C. ERRADA. Inclui a assertiva II, que contraria o art. 5º, LXX, a.

D. ERRADA. A assertiva III é falsa. O habeas data possui as finalidades específicas do art. 5º, LXXII, a e b.

4ª QUESTÃO - Luciana nasceu em Portugal, é filha de mãe brasileira que, na ocasião, trabalhava para uma empresa privada e não estava a serviço da República Federativa do Brasil. Logo após o nascimento, Luciana foi registrada em repartição brasileira competente. Aos 36 anos, preenchidas todas as demais condições constitucionais de elegibilidade, pretende candidatar-se à Presidência da República. À luz da Constituição Federal, assinale a alternativa CORRETA.

A. () Luciana é brasileira naturalizada e, por isso, não pode candidatar-se à Presidência da República.

B. () Luciana somente será brasileira nata se vier a residir no Brasil e optar pela nacionalidade brasileira depois de atingida a maioridade.

C. () Luciana é brasileira nata em razão do registro em repartição brasileira competente e pode candidatar-se à Presidência, desde que satisfeitas as demais condições de elegibilidade.



D. () Luciana não é brasileira, pois o nascimento no exterior somente gera nacionalidade originária quando o pai ou a mãe estiver a serviço do Brasil.

GABARITO: C

Fundamento legal: Constituição Federal, art. 12, I, c; art. 12, § 3º, I; art. 14, § 3º, VI, a

Comentário: O registro em repartição brasileira competente é uma das vias autônomas para que o nascido no exterior, filho de pai brasileiro ou mãe brasileira, seja brasileiro nato, conforme o art. 12, I, c. O cargo de Presidente da República é privativo de brasileiro nato, nos termos do art. 12, § 3º, I, e a idade mínima é de 35 anos, conforme o art. 14, § 3º, VI, a.

A. ERRADA. Luciana é brasileira nata, e não naturalizada, em razão do art. 12, I, c.

B. ERRADA. Residência no Brasil seguida de opção após a maioridade é uma via alternativa. O registro em repartição brasileira competente já satisfaz outra hipótese do art. 12, I, c.

C. CORRETA. Combina corretamente o art. 12, I, c, sobre nacionalidade originária, com o art. 12, § 3º, I, e o art. 14, § 3º, VI, a.

D. ERRADA. O serviço do pai ou da mãe ao Brasil é a hipótese do art. 12, I, b, mas não exclui a hipótese independente do registro prevista no art. 12, I, c.

5ª QUESTÃO - Considerando o disposto na Constituição Federal sobre direitos políticos, marque V para as assertivas verdadeiras e F para as falsas.

I. O alistamento eleitoral e o voto são facultativos para os analfabetos, para os maiores de setenta anos e para os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos.

II. Os estrangeiros e, durante o período do serviço militar obrigatório, os conscritos não podem alistar-se como eleitores.

III. A idade mínima para os cargos de Presidente da República e Governador de Estado é, respectivamente, de trinta e trinta e cinco anos.

IV. O militar alistável com menos de dez anos de serviço deverá afastar-se da atividade; se contar mais de dez anos, será agregado pela autoridade superior e, se eleito, passará automaticamente, no ato da diplomação, para a inatividade.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência CORRETA.

A. () V, F, F, V.

B. () F, V, V, F.

C. () V, V, F, V.

D. () V, V, V, F.

GABARITO: C



Fundamento legal: Constituição Federal, art. 14, §§ 1º, 2º, 3º e 8º

Comentário: A sequência correta é V, V, F, V. As assertivas I e II reproduzem o art. 14, §§ 1º e 2º. A III inverte as idades: são 35 anos para Presidente e 30 para Governador, conforme o § 3º, VI, a e b. A IV reproduz o § 8º, I e II.

A. ERRADA. Classifica a assertiva II como falsa, embora a vedação ao alistamento de estrangeiros e conscritos conste do art. 14, § 2º.

B. ERRADA. Classifica I e III incorretamente. A facultatividade de I está no art. 14, § 1º, II, e as idades da III foram invertidas.

C. CORRETA. Apresenta a sequência V, V, F, V, conforme o art. 14, §§ 1º, 2º, 3º, VI, e 8º.

D. ERRADA. A assertiva III é falsa e a IV é verdadeira, ao contrário do indicado nesta sequência.

6ª QUESTÃO - Sobre as disposições gerais da Administração Pública na Constituição Federal, assinale a alternativa CORRETA.

A. () O prazo de validade do concurso público será de até dois anos, prorrogável uma vez, por igual período.

B. () Os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis exclusivamente aos brasileiros que preencham os requisitos legais.

C. () É absolutamente vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, sem qualquer exceção constitucional.

D. () O servidor público civil somente pode exercer o direito à livre associação sindical mediante autorização da autoridade administrativa competente.

GABARITO: A

Fundamento legal: Constituição Federal, art. 37, I, III, VI e XVI

Comentário: O art. 37, III, estabelece validade de até dois anos e admite uma única prorrogação por igual período. As demais alternativas eliminam permissões ou direitos expressamente previstos na Constituição.

A. CORRETA. É a regra literal do art. 37, III.

B. ERRADA. O art. 37, I, também permite o acesso de estrangeiros, na forma da lei.

C. ERRADA. O art. 37, XVI, prevê hipóteses excepcionais de acumulação, desde que haja compatibilidade de horários e se respeite o teto constitucional.

D. ERRADA. O art. 37, VI, garante ao servidor público civil o direito à livre associação sindical, sem exigir autorização administrativa.

7ª QUESTÃO - A respeito dos militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, assinale a alternativa CORRETA de acordo com a Constituição Federal.



- A. () Os membros das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares, por constituírem forças auxiliares, são militares da União.
- B. () As patentes dos oficiais das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares são conferidas pelo Presidente da República.
- C. () O regime de pensões dos militares estaduais será fixado por lei federal uniforme para todos os entes da Federação.
- D. () Os membros das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares, instituições organizadas com base na hierarquia e na disciplina, são militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.

GABARITO: D

Fundamento legal: Constituição Federal, art. 42, caput e §§ 1º e 2º

Comentário: A alternativa correta reproduz o caput do art. 42. A Constituição ainda determina que as patentes dos oficiais sejam conferidas pelos respectivos governadores e que a pensão seja disciplinada por lei específica do respectivo ente estatal.

- A. ERRADA. O art. 42, caput, classifica esses integrantes como militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, não da União.
- B. ERRADA. Nos termos do art. 42, § 1º, as patentes dos oficiais são conferidas pelos respectivos governadores.
- C. ERRADA. O art. 42, § 2º, remete a pensão à lei específica do respectivo ente estatal.
- D. CORRETA. Reproduz o art. 42, caput, da Constituição Federal.

8ª QUESTÃO - Analise as assertivas sobre a Justiça Militar da União.

- I. O Superior Tribunal Militar compõe-se de quinze Ministros vitalícios, nomeados pelo Presidente da República depois de aprovada a indicação pelo Senado Federal.
- II. Dez cadeiras do Superior Tribunal Militar são destinadas a oficiais-generais da ativa e do posto mais elevado da carreira, distribuídas entre Marinha, Exército e Aeronáutica.
- III. As cinco cadeiras civis do Superior Tribunal Militar são destinadas exclusivamente a advogados com mais de dez anos de efetiva atividade profissional.
- IV. Compete à Justiça Militar processar e julgar os crimes militares definidos em lei.

Está CORRETO o que se afirma apenas em:

- A. () I e III.
- B. () I, II e IV.
- C. () II e III.
- D. () I, II, III e IV.

GABARITO: B



Fundamento legal: Constituição Federal, art. 123, caput e parágrafo único, I e II; art. 124, caput

Comentário: As assertivas I, II e IV são verdadeiras. A III é falsa porque, das cinco vagas civis, três são destinadas a advogados e duas são preenchidas, por escolha paritária, entre juízes auditores e membros do Ministério Público da Justiça Militar, conforme o art. 123, parágrafo único, I e II.

A. ERRADA. Inclui a assertiva III, que contraria o art. 123, parágrafo único, II, e exclui II e IV, que são verdadeiras.

B. CORRETA. Reúne as assertivas I, II e IV, amparadas no art. 123, caput, e no art. 124, caput.

C. ERRADA. A assertiva III é falsa, pois nem todos os cinco Ministros civis são escolhidos entre advogados.

D. ERRADA. A presença da assertiva III torna a alternativa incorreta.

9ª QUESTÃO - Sobre a organização e a competência da Justiça Militar estadual, assinale a alternativa CORRETA.

A. () Lei estadual poderá criar a Justiça Militar estadual, mediante proposta do Tribunal de Justiça, podendo o segundo grau ser exercido pelo próprio Tribunal de Justiça ou por Tribunal de Justiça Militar nos Estados em que o efetivo militar seja superior a vinte mil integrantes.

B. () A Justiça Militar estadual será criada por decreto do Governador, mediante proposta da Assembleia Legislativa, e terá necessariamente um Tribunal de Justiça Militar próprio.

C. () Compete à Justiça Militar estadual processar e julgar civis pela prática de qualquer crime comum cometido contra policial militar em serviço.

D. () As ações judiciais contra atos disciplinares militares são julgadas pelos Conselhos de Justiça, e nunca pelo juiz de direito do juízo militar.

GABARITO: A

Fundamento legal: Constituição Federal, art. 125, §§ 3º a 5º

Comentário: A alternativa A reproduz os elementos do art. 125, § 3º. A Justiça Militar estadual é criada por lei estadual, mediante proposta do Tribunal de Justiça. Em segundo grau, atua o próprio Tribunal de Justiça ou o Tribunal de Justiça Militar, onde houver efetivo militar superior a vinte mil integrantes.

A. CORRETA. Está de acordo com o art. 125, § 3º.

B. ERRADA. A criação ocorre por lei estadual, mediante proposta do Tribunal de Justiça, e o Tribunal de Justiça Militar próprio não é obrigatório, conforme o art. 125, § 3º.

C. ERRADA. A competência do art. 125, § 4º, alcança os militares dos Estados nos crimes militares definidos em lei, ressalvada a competência do júri quando a vítima for civil; não abrange qualquer crime comum praticado por civis.

D. ERRADA. Compete ao juiz de direito do juízo militar julgar singularmente as ações judiciais contra atos disciplinares militares, conforme o art. 125, § 5º.



10ª QUESTÃO - De acordo com a Constituição Federal, assinale a alternativa CORRETA acerca das Forças Armadas.

- A. () A garantia da lei e da ordem pelas Forças Armadas somente pode ocorrer por iniciativa do Congresso Nacional.
- B. () Cabe habeas corpus contra punições disciplinares militares sempre que a sanção implicar restrição de liberdade.
- C. () As Forças Armadas são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina e submetidas à autoridade suprema do Presidente da República.
- D. () As patentes dos oficiais das Forças Armadas são conferidas pelo Supremo Tribunal Federal, após aprovação do Senado Federal.

GABARITO: C

Fundamento legal: Constituição Federal, art. 142, caput, § 2º e § 3º, I

Comentário: O art. 142, caput, define as Forças Armadas como instituições nacionais permanentes e regulares, fundadas na hierarquia e disciplina e submetidas à autoridade suprema do Presidente da República.

- A. ERRADA. A garantia da lei e da ordem pode ocorrer por iniciativa de qualquer dos poderes constitucionais, conforme o art. 142, caput.
- B. ERRADA. O art. 142, § 2º, dispõe que não caberá habeas corpus em relação a punições disciplinares militares.
- C. CORRETA. Reproduz os elementos centrais do art. 142, caput.
- D. ERRADA. As patentes dos oficiais das Forças Armadas são conferidas pelo Presidente da República, de acordo com o art. 142, § 3º, I.

11ª QUESTÃO - Com base na literalidade do art. 144 da Constituição Federal, marque V para as assertivas verdadeiras e F para as falsas.

- I. A polícia rodoviária federal exerce, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União.
- II. Às polícias civis incumbem, ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares.
- III. Às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública.
- IV. As guardas municipais são expressamente incluídas no rol de órgãos de segurança pública constante do caput do art. 144.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência CORRETA.

- A. () V, V, F, F.
- B. () F, V, F, V.
- C. () V, F, V, F.



D. () F, V, V, F.

GABARITO: D

Fundamento legal: Constituição Federal, art. 144, caput, § 1º, IV, e §§ 4º, 5º e 8º

Comentário: A sequência correta é F, V, V, F. A função exclusiva de polícia judiciária da União é da polícia federal, conforme o art. 144, § 1º, IV. As assertivas II e III reproduzem os §§ 4º e 5º. O caput não inclui guardas municipais em seu rol, embora o § 8º autorize os Municípios a constitui-las para proteção de seus bens, serviços e instalações.

A. ERRADA. A assertiva I é falsa e a III é verdadeira. A exclusividade do art. 144, § 1º, IV, pertence à polícia federal; a atribuição da PM está no § 5º.

B. ERRADA. A assertiva III é verdadeira e a IV é falsa, diferentemente do que indica a sequência.

C. ERRADA. A assertiva I é falsa e a II é verdadeira, conforme o art. 144, §§ 1º, IV, e 4º.

D. CORRETA. Apresenta a sequência F, V, V, F, compatível com o art. 144, caput e §§ 1º, 4º, 5º e 8º.

12ª QUESTÃO - À luz da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, assinale a alternativa CORRETA.

A. () A nova publicação do texto legal destinada a correção, ocorrida antes de a lei entrar em vigor, é considerada lei nova e não interfere no prazo de vacância.

B. () Salvo disposição contrária, a lei começa a vigorar em todo o País quarenta e cinco dias depois de oficialmente publicada e, nos Estados estrangeiros, sua obrigatoriedade, quando admitida, inicia-se três meses depois da publicação oficial.

C. () A lei nova que estabelece disposições gerais ou especiais a par das já existentes sempre revoga a lei anterior.

D. () A lei revogada restaura-se automaticamente quando a lei revogadora perde a vigência, ainda que não exista disposição nesse sentido.

GABARITO: B

Fundamento legal: LINDB, arts. 1º e 2º

Comentário: A alternativa B apresenta os prazos do art. 1º, caput e § 1º. Correção anterior à vigência reinicia o prazo, correção posterior é considerada lei nova, e a repristinação não é automática.

A. ERRADA. Se a correção ocorrer antes da vigência, o prazo começa a correr da nova publicação, conforme o art. 1º, § 3º. Apenas as correções a texto já em vigor são consideradas lei nova, segundo o § 4º.

B. CORRETA. Reproduz o art. 1º, caput e § 1º, da LINDB.

C. ERRADA. O art. 2º, § 2º, afirma que a lei nova geral ou especial editada a par das existentes não revoga nem modifica a lei anterior.



D. ERRADA. Salvo disposição em contrário, a lei revogada não se restaura pela perda de vigência da lei revogadora, conforme o art. 2º, § 3º.

13ª QUESTÃO - Com base nas garantias penais e processuais previstas na Constituição Federal, assinale a alternativa CORRETA.

- A. () A lei penal retroagirá para alcançar fatos anteriores sempre que a nova disciplina for mais severa.
- B. () Nenhuma pena passará da pessoa do condenado, mas a obrigação de reparar o dano e a decretação do perdimento de bens poderão, nos termos da lei, ser estendidas aos sucessores e contra eles executadas, até o limite do valor do patrimônio transferido.
- C. () As provas obtidas por meios ilícitos são admissíveis no processo quando forem necessárias à descoberta da verdade real.
- D. () Ninguém será considerado culpado até a prolação de sentença penal condenatória, ainda que recorrível.

GABARITO: B

Fundamento legal: Constituição Federal, art. 5º, XL, XLV, LVI e LVII

Comentário: A alternativa B reproduz o princípio da intranscendência da pena e a ressalva patrimonial expressamente prevista no art. 5º, XLV, da Constituição Federal. A lei penal somente retroage para beneficiar o réu; provas obtidas por meios ilícitos são inadmissíveis; e a presunção de inocência subsiste até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória.

- A. ERRADA. O art. 5º, XL, estabelece que a lei penal não retroagirá, salvo para beneficiar o réu. A lei penal mais severa não alcança fatos anteriores.
- B. CORRETA. Reproduz o art. 5º, XLV: a pena não passa da pessoa do condenado, sem prejuízo da extensão aos sucessores, até o limite do patrimônio transferido, da obrigação de reparar o dano e do perdimento de bens.
- C. ERRADA. O art. 5º, LVI, declara inadmissíveis, no processo, as provas obtidas por meios ilícitos, sem estabelecer a exceção apresentada.
- D. ERRADA. Nos termos do art. 5º, LVII, ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória, e não apenas até a prolação de decisão recorrível.

14ª QUESTÃO - Analise as assertivas a seguir com fundamento na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro.

- I. Nas esferas administrativa, controladora e judicial, não se decidirá com base em valores jurídicos abstratos sem que sejam consideradas as consequências práticas da decisão.
- II. A decisão que decretar a invalidação de ato ou norma administrativa poderá omitir suas consequências jurídicas e administrativas quando a autoridade considerar difícil prevê-las.



III. A revisão da validade de ato cuja produção já se completou levará em conta as orientações gerais da época, sendo vedado invalidar situação plenamente constituída com base apenas em mudança posterior de orientação geral.

IV. O agente público responderá pessoalmente por toda decisão ou opinião técnica posteriormente invalidada, ainda que não tenha agido com dolo ou erro grosseiro.

Está CORRETO o que se afirma apenas em:

- A. () I e II.
- B. () II e IV.
- C. () I, III e IV.
- D. () I e III.

GABARITO: D

Fundamento legal: LINDB, arts. 20, 21, 24 e 28

Comentário: As assertivas I e III são verdadeiras, conforme os arts. 20 e 24. A II é falsa porque o art. 21 exige indicação expressa das consequências jurídicas e administrativas da invalidação. A IV é falsa porque a responsabilidade pessoal prevista no art. 28 depende de dolo ou erro grosseiro.

- A. ERRADA. A assertiva II contraria o art. 21, que exige indicação expressa das consequências da invalidação.
- B. ERRADA. As assertivas II e IV são falsas, à luz dos arts. 21 e 28.
- C. ERRADA. Inclui a assertiva IV, que elimina indevidamente os requisitos de dolo ou erro grosseiro previstos no art. 28.
- D. CORRETA. Reúne as assertivas verdadeiras I e III, correspondentes aos arts. 20 e 24.

15ª QUESTÃO - Com base nas disposições da LINDB sobre edição de atos normativos e segurança jurídica, assinale a alternativa CORRETA.

- A. () A edição de todo ato normativo por autoridade administrativa, inclusive o de mera organização interna, deve obrigatoriamente ser precedida de consulta pública.
- B. () Quando houver consulta pública, a convocação poderá omitir a minuta do ato normativo e o prazo para manifestações.
- C. () As autoridades públicas devem atuar para aumentar a segurança jurídica na aplicação das normas, inclusive por meio de regulamentos, súmulas administrativas e respostas a consultas.
- D. () Os instrumentos destinados a aumentar a segurança jurídica possuem caráter meramente recomendatório e nunca vinculam o órgão ou a entidade a que se destinam.

GABARITO: C

Fundamento legal: LINDB, arts. 29 e 30



Comentário: A alternativa C reproduz o art. 30, caput. Os instrumentos mencionados possuem caráter vinculante em relação ao órgão ou entidade a que se destinam até ulterior revisão, conforme o parágrafo único.

A. ERRADA. O art. 29 estabelece que a consulta pública poderá preceder a edição do ato e ainda ressalva os atos de mera organização interna; não há obrigatoriedade geral.

B. ERRADA. O art. 29, § 1º, exige que a convocação contenha a minuta do ato e fixe o prazo e as demais condições da consulta.

C. CORRETA. É a literalidade do art. 30, caput, da LINDB.

D. ERRADA. O art. 30, parágrafo único, atribui caráter vinculante a esses instrumentos em relação ao órgão ou entidade destinatária, até ulterior revisão.

16ª QUESTÃO - De acordo com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, assinale a alternativa CORRETA.

A. () Toda pessoa tem direito, em plena igualdade, a uma audiência justa e pública por parte de um tribunal independente e imparcial para decidir seus direitos e deveres ou o fundamento de qualquer acusação criminal contra ela.

B. () Toda pessoa acusada de um ato delituoso será considerada culpada desde o recebimento formal da acusação, cabendo-lhe demonstrar sua inocência.

C. () A interferência arbitrária na vida privada e na família é permitida quando praticada por autoridade pública competente.

D. () Toda pessoa tem direito de deixar qualquer país, exceto o próprio, e de regressar ao país de sua nacionalidade.

GABARITO: A

Fundamento legal: Declaração Universal dos Direitos Humanos, arts. 10 a 13

Comentário: A alternativa A corresponde ao art. 10 da DUDH. A Declaração assegura a presunção de inocência, protege contra interferências arbitrárias e reconhece o direito de deixar qualquer país, inclusive o próprio.

A. CORRETA. Reproduz o direito previsto no art. 10 da DUDH.

B. ERRADA. O art. 11, item 1, assegura a presunção de inocência até que a culpabilidade seja provada de acordo com a lei em julgamento público com garantias de defesa.

C. ERRADA. O art. 12 veda interferências arbitrárias na vida privada, na família, no lar e na correspondência e garante proteção legal contra elas.

D. ERRADA. O art. 13, item 2, assegura o direito de deixar qualquer país, inclusive o próprio, e de regressar ao seu país.

17ª QUESTÃO - Analise as assertivas a seguir de acordo com a Declaração Universal dos Direitos Humanos.



- I. Toda pessoa tem direito ao trabalho, à livre escolha de emprego, a condições justas e favoráveis de trabalho e à proteção contra o desemprego.
- II. Toda pessoa, sem qualquer distinção, tem direito a igual remuneração por igual trabalho.
- III. A remuneração justa e favorável deve assegurar existência compatível com a dignidade humana somente ao trabalhador, sendo vedada sua complementação por outros meios de proteção social.
- IV. Toda pessoa tem direito a repouso e lazer, inclusive a limitação razoável das horas de trabalho e a férias periódicas remuneradas.

Está CORRETO o que se afirma apenas em:

- A. () I e III.
- B. () II e III.
- C. () I, II e III.
- D. () I, II e IV.

GABARITO: D

Fundamento legal: Declaração Universal dos Direitos Humanos, arts. 23 e 24

Comentário: As assertivas I e II correspondem aos itens 1 e 2 do art. 23, e a IV corresponde ao art. 24. A III é falsa porque o art. 23, item 3, também considera a família do trabalhador e admite a complementação por outros meios de proteção social.

- A. ERRADA. A assertiva III contraria o art. 23, item 3, e a assertiva II também é verdadeira.
- B. ERRADA. Inclui a falsa assertiva III e exclui I e IV, ambas expressamente asseguradas.
- C. ERRADA. A assertiva III é falsa porque reduz os beneficiários da remuneração digna e veda uma complementação que a DUDH admite.
- D. CORRETA. Reúne as assertivas verdadeiras I, II e IV, conforme os arts. 23, itens 1 e 2, e 24.

18ª QUESTÃO - Com fundamento na Convenção Americana sobre Direitos Humanos, marque V para as assertivas verdadeiras e F para as falsas.

- I. Ninguém pode ser privado de sua liberdade física, salvo pelas causas e nas condições previamente fixadas pela Constituição do Estado Parte ou pelas leis de acordo com ela promulgadas.
- II. A pessoa detida poderá ser informada das razões da detenção somente depois de decorridas vinte e quatro horas.
- III. Toda pessoa detida ou retida deve ser conduzida, sem demora, à presença de um juiz ou de outra autoridade autorizada por lei a exercer funções judiciais.
- IV. A Convenção permite a detenção por qualquer dívida civil, desde que haja ordem escrita de autoridade administrativa.



Assinale a alternativa que apresenta a sequência CORRETA.

A. () V, F, V, F.

B. () V, V, F, F.

C. () F, V, V, F.

D. () F, F, V, V.

GABARITO: A

Fundamento legal: Convenção Americana sobre Direitos Humanos, art. 7º, itens 2, 4, 5 e 7

Comentário: A sequência correta é V, F, V, F. A informação sobre as razões da detenção e a notificação da acusação devem ocorrer sem demora. A detenção por dívida é vedada, ressalvados os mandados judiciais expedidos em virtude de inadimplemento de obrigação alimentar.

A. CORRETA. Apresenta a sequência V, F, V, F, conforme o art. 7º, itens 2, 4, 5 e 7, da CADH.

B. ERRADA. A assertiva II é falsa porque a informação deve ser prestada sem demora, e a III é verdadeira.

C. ERRADA. A assertiva I é verdadeira e a II é falsa, ao contrário do indicado.

D. ERRADA. A assertiva I é verdadeira e a IV é falsa. O art. 7º, item 7, somente ressalva os mandados judiciais relativos a obrigação alimentar.

19ª QUESTÃO - A respeito da responsabilidade civil do Estado, assinale a alternativa CORRETA de acordo com a Constituição Federal.

A. () As pessoas jurídicas de direito público somente respondem pelos danos causados por seus agentes quando a vítima comprovar dolo ou culpa do Estado.

B. () A responsabilidade prevista na Constituição não alcança as pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviços públicos.

C. () As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos respondem pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.

D. () O direito de regresso contra o agente responsável independe da existência de dolo ou culpa.

GABARITO: C

Fundamento legal: Constituição Federal, art. 37, § 6º

Comentário: A alternativa C reproduz o art. 37, § 6º, da Constituição Federal. A responsabilidade das pessoas jurídicas ali indicadas perante o terceiro lesado não depende da demonstração de dolo ou culpa do agente, mas o direito de regresso contra o responsável exige dolo ou culpa.

A. ERRADA. O art. 37, § 6º, não condiciona a responsabilidade da pessoa jurídica perante a vítima à prova de dolo ou culpa do Estado ou do agente.



B. ERRADA. O art. 37, § 6º, inclui expressamente as pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviços públicos.

C. CORRETA. Reproduz integralmente a regra do art. 37, § 6º, inclusive quanto ao direito de regresso nos casos de dolo ou culpa.

D. ERRADA. O direito de regresso contra o responsável pressupõe dolo ou culpa, conforme a parte final do art. 37, § 6º.

20ª QUESTÃO - Com base nas disposições constitucionais sobre o serviço militar, assinale a alternativa CORRETA.

A. () O serviço militar é facultativo em tempo de paz e obrigatório somente em caso de guerra declarada.

B. () Às Forças Armadas compete, na forma da lei, atribuir serviço alternativo aos que, em tempo de paz, depois de alistados, alegarem imperativo de consciência decorrente de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política para se eximirem de atividades de caráter essencialmente militar.

C. () As mulheres e os eclesiásticos estão sujeitos ao serviço militar obrigatório em tempo de paz, sem possibilidade de isenção constitucional.

D. () O imperativo de consciência apto a fundamentar a prestação de serviço alternativo pode decorrer apenas de crença religiosa.

GABARITO: B

Fundamento legal: Constituição Federal, art. 143, caput e §§ 1º e 2º

Comentário: A alternativa B reproduz o art. 143, § 1º, da Constituição Federal. O serviço militar é obrigatório nos termos da lei, e as mulheres e os eclesiásticos são isentos do serviço militar obrigatório em tempo de paz, sujeitos, porém, a outros encargos que a lei lhes atribuir.

A. ERRADA. O art. 143, caput, estabelece que o serviço militar é obrigatório nos termos da lei, sem restringir essa obrigatoriedade ao período de guerra.

B. CORRETA. Reproduz o art. 143, § 1º, inclusive as três origens constitucionais do imperativo de consciência: crença religiosa e convicções filosófica e política.

C. ERRADA. O art. 143, § 2º, isenta as mulheres e os eclesiásticos do serviço militar obrigatório em tempo de paz, embora os sujeite a outros encargos que a lei atribuir.

D. ERRADA. O art. 143, § 1º, também reconhece o imperativo de consciência decorrente de convicção filosófica ou política.